



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITANHAÉM

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Itanhaém - CME, na sala dois do Centro de Treinamento e Capacitação desta Secretaria. Participaram da reunião, a presidente Natália Garzin, e os demais membros conselheiros: Ana Flávia Soares Kano, Juliana de Brito Serra Santos, Thiago Henrique Watanabe da Paixão, Mauricio Aureliano Filho, João Marcos Cardozo dos Santos, e a representante da sala dos conselhos Raiza Goldszmidt de Andrade; justificadas as ausências dos conselheiros: Mariele Aparecida de Sousa do Nascimento, Lilian Batalha da Costa Insinio, Monique Priscila Belo dos Santos, Thiago Fernandes Pereira e Eliane Menezes Santos. Após justificar as ausências e agradecer a presença dos demais, a presidente Natália seguiu com a pauta do dia: **1)** Leitura e assinatura das atas das últimas reuniões; **2)** Visita in loco em conjunto com os conselhos FUNDEB e CAE - Protocolar - uma vez ao ano; **3)** Dados referente aos afastamentos ofertado pela Secretaria de Administração - próximos passos; **4)** Resposta realizada pelo questionamento da servidora Sônia Oliveira (e-mail em anexo); **5)** Sugestões de demanda para discussão da próxima reunião do Conselho.

A presidente Natália Garzin, iniciou a reunião informando que a leitura e assinatura das atas anteriores seriam realizadas ao final da reunião. Em seguida, abordou sobre a existência de uma visita técnica realizada anualmente de forma conjunta pelos Conselhos CME, CAE e CACS-FUNDEB às unidades escolares. Informou que, após consulta ao regimento, constatou-se que, embora não seja uma exigência formal, trata-se de uma prática protocolar prevista para ocorrer ao menos uma vez ao ano. Ressaltou-se a importância da retomada desta ação em 2025, uma vez que ela permite aos conselheiros observarem aspectos estruturais e pedagógicos das unidades, além de questões como falta de profissionais e condições de funcionamento. Informou-se que uma reunião entre as presidentes dos conselhos (CME, CAE e CACS-FUNDEB) será realizada para definição da data e das escolas a serem visitadas. Ficou acordado que a participação não precisa abranger todos os conselheiros, bastando a presença de dois ou três para garantir representatividade. Também foi aberta a possibilidade de sugestões de unidades escolares para a visita, que serão avaliadas pelas presidentes dos conselhos envolvidos.

Dando continuidade às discussões da pauta, os conselheiros debateram sobre os altos índices de abstenções e afastamentos de servidores da rede municipal de ensino, apontando os impactos significativos tanto no funcionamento das unidades escolares quanto na qualidade da educação ofertada. Natália trouxe reflexões sobre a possibilidade de o Conselho pensar estratégias e propor deliberações ou instruções que possam colaborar com o poder público na mitigação dessa problemática. Foi contextualizado ao conselheiro João que a temática das abstenções já era recorrente nas reuniões do CME desde o ano anterior, envolvendo não apenas os professores, mas também demais funcionários da educação, como os profissionais de apoio e auxiliares escolares. Relatou-se que, mesmo com uma empresa terceirizada responsável por 160 profissionais de apoio, registra-se uma média diária de 15% de faltas, número considerado elevado. Foi destacada a compreensão dos afastamentos motivados por surtos de dengue ou gripe, porém, também foi enfatizada a frequência com que ocorrem situações críticas nas escolas, como a ausência de docentes em múltiplas salas no mesmo dia, gerando prejuízos ao servidor presente, aos alunos e à comunidade escolar como um todo. O conselheiro João reforçou essa realidade ao mencionar que, mesmo após um processo anterior de tentativa de reorganização dos módulos funcionais promovido pela Prefeitura — que não chegou a ser implementado —, ele ainda é reconhecido por muitos auxiliares escolares como representante da categoria. Compartilhou relatos de adoecimento físico e mental entre esses profissionais, sobretudo em escolas como a E.M. Harry Forssell, que apresenta desafios relacionados ao porte da unidade. A presidente Natália lembrou que, em 2024, chegou a ser agendada uma reunião com o Secretário de Administração, com o objetivo de apresentar essas demandas diretamente à pasta, contudo, o encontro foi cancelado por incompatibilidade de agendas. Ainda assim, houve uma tentativa de levantamento de dados sobre o absenteísmo, sendo informado que, até o final de abril de 2025, havia 128 servidores afastados por períodos superiores a 15 dias. Ressaltou-se, porém, que esse número não contempla as faltas esporádicas de curta duração, que também afetam diariamente a rotina das escolas.

Durante a reunião, os conselheiros levantaram a possibilidade de criação de políticas de incentivo à assiduidade, como bonificações ou premiações aos servidores que apresentam histórico regular de presença, compreendendo que ações dessa natureza podem contribuir com a valorização e motivação dos profissionais. Natália enfatizou que o Secretário de Educação tem conhecimento das dificuldades enfrentadas nas escolas, especialmente por manter contato direto com as unidades, participando frequentemente dos HACs (Hora

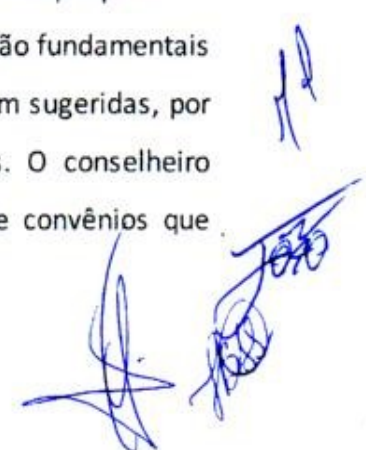


Atividade Coletiva). Destacou que, embora o secretário ouça ativamente as queixas da categoria, muitas delas persistem, e, com o tempo avançando, é necessário que o Conselho reforce sua função propositiva, sugerindo medidas concretas que sejam viáveis de implementação.

Natália falou sobre a existência da **Lei Federal nº 14.681/2023**, que institui a Política de Bem-Estar, Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Ressaltou que a legislação abrange não apenas os docentes, mas toda a comunidade escolar, incluindo demais servidores e os próprios estudantes, e é de cumprimento obrigatório por todos os municípios brasileiros. Lembrou que a lei estabelece prazo até o sexto mês do mandato do chefe do Executivo para a apresentação de propostas concretas voltadas à sua implementação.

Em março de 2025, o Conselho recebeu um questionamento formal da servidora Sônia Oliveira, representante da Associação dos Servidores Públicos de Itanhaém (ASPI), solicitando informações sobre a elaboração do plano municipal previsto pela referida lei. Diante da demanda, o Conselho, por meio de ofício, encaminhou o questionamento às Secretarias de Administração e de Educação, porém, até a data da reunião, não havia sido obtida resposta formal. A presidente informou que, embora aguardasse um retorno oficial para então se manifestar, decidiu que responderia à servidora ainda no dia da reunião, considerando o esgotamento do prazo legal e a legitimidade da solicitação. Reforçou sua convicção de que todas as perguntas dirigidas ao Conselho devem ser respondidas com transparência e responsabilidade, especialmente quando fundamentadas em legislação.

No decorrer da discussão, foram destacados os desafios para a construção do plano de bem-estar, inclusive o seu impacto orçamentário, considerando a complexidade da rede municipal de ensino, que envolve quase 25 mil pessoas, entre alunos e servidores. A conselheira defendeu que o Conselho pode e deve contribuir com propostas concretas, colaborando com o Secretário de Educação e o Chefe do Executivo na elaboração de um projeto viável e abrangente. Enfatizou-se que o cuidado com a saúde mental e a valorização dos profissionais da educação não se limitam ao atendimento psicológico ou psiquiátrico. Ações preventivas, como o acesso a atividades culturais, físicas e de lazer, são fundamentais para promover qualidade de vida e prevenir o adoecimento emocional. Foram sugeridas, por exemplo, parcerias com academias, arenas esportivas e centros culturais. O conselheiro Thiago sugeriu a criação de parcerias com academias locais por meio de convênios que



permitam o desconto em folha de pagamento para os servidores, como já acontece em programas como o Gympass. Defendeu que ações simples, como acesso facilitado à prática de exercícios físicos e a eventos culturais, podem trazer benefícios significativos para o bem-estar dos profissionais.

Natália compartilhou reflexões feitas durante sua participação em um encontro regional sobre Educação Especial, realizado na cidade de Santos, onde se discutiu a inclusão de alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e contextos sociais delicados. Relatou que mesmo municípios com maior orçamento enfrentam desafios semelhantes, o que evidencia tratar-se de uma problemática estrutural. Concluiu que, embora o trabalho da educação seja composto por inúmeros esforços positivos diários, muitas vezes uma única situação negativa acaba sendo supervalorizada. Por isso, defendeu que o Conselho proponha políticas públicas de apoio e cuidado, capazes de prevenir situações de desgaste extremo e de fortalecer a permanência e a motivação dos profissionais na rede.

Encerrando a reunião, foram apresentados os encaminhamentos para os próximos encontros e discussões do colegiado. Foi mencionado sobre o plano de trabalho do CME, previamente elaborado pela então presidente Daniela e já homologado, que, dentre alguns pontos, prevê: estabelecimento de novas parcerias intersetoriais (Saúde, Cultura, Esportes, etc.); Convidar especialistas e representantes de outras instituições; Realização de encontros temáticos e formações voltadas ao fortalecimento da gestão democrática; Fortalecimento da Cultura de Paz nas escolas; Apoio às ações dos Grêmios Estudantis; Retomada da discussão da cartilha estadual voltada ao bem-estar físico e mental no ambiente escolar. E por fim, ficou registrado o interesse da presença do representante do grêmio estudantil na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Eu, Lilian Batalha da Costa Insinio, redigi a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Itanhaém, 25 de junho de 2025.

